



SERIA O CONSERVADORISMO UM DOS ATRIBUTOS DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL?

Resumo

Este ensaio apresenta reflexões e questionamentos acerca do conservadorismo contábil. Objetivo do ensaio é promover o debate se ser conservador é um atributo da qualidade da informação contábil, considerando a realidade econômica dos fatos, as proposições dos principais autores, ressaltando as proxies utilizadas em seus modelos e os principais resultados empíricos da literatura estrangeira e brasileira. Após a apresentação dos principais conceitos do conservadorismo é debatida as circunstâncias e peculiaridades do conservadorismo condicional e incondicional, onde é possível identificar que ambos possuem mecanismos diferentes e, portanto, podem ter papéis diferentes dado o contexto a ser pesquisado. Posteriormente é realizada a análise da aplicabilidade dos principais modelos de mensuração, como Basu (1995) Beaver e Ryan (2005), Ball e Shivakumar, entre outros, considerando os tipos de conservadorismo que se busca mensurar, .., considerando ainda seus principais aspectos e sua relação com a qualidade da informação contábil. Identificamos que os modelos propostos pela literatura, por vezes, demonstram capacidade limitada, de modo que a utilização de proxies e *dummies* para retratar determinado contexto mostra-se insuficiente ou até mesmo inadequado, considerando aspectos contratuais, tributários, de agência institucionais ou culturais.

Palavras-chave: Conservadorismo Condicional; Incondicional; Qualidade da Informação Contábil

Linha Temática: Contabilidade Financeira



1 Introdução

A qualidade da informação contábil vem sendo debatida na academia, em grande parte, na perspectiva das normas nacionais e internacionais, priorizando-se os temas relevância e representação fidedigna, seguidos das características qualitativas da informação (Damascena & Paulo, 2013). A ideia da qualidade nas informações contábeis reside no fato se estas forem úteis aos usuários (Ball & Shivakumar, 2005).

O conservadorismo, considerado como um dos atributos da qualidade da informação contábil, é uma prática adotada desde a época medieval e uma das convenções mais influentes na preparação de demonstrações financeiras (Beaver & Ryan, 2005). Entretanto, ele vem sofrendo críticas, conforme a literatura acadêmica, por ser um mecanismo capaz de introduzir vieses nas demonstrações financeiras (Feltham & Ohlson, 1995; Watts, 2003b).

O *International Accounting Standard Board* (IASB) ao revisar o *Conceptual Framework for Financial Reporting*, em 2010, concluiu por descartar a prudência (atrelado ao conceito de conservadorismo) da condição de representação fidedigna por considerar que a prática é inconsistente com a neutralidade pretendida das informações contábeis.

Entretanto, em 2018 o IASB, ao fazer nova revisão do framework, em que explicita as características qualitativas das informações contábeis, reintroduziu uma referência expressa à noção de prudência, definindo-a como o exercício de cautela mediante condições de incerteza e afirmando que seu exercício apoia a neutralidade.

A despeito de tais controversas, a literatura acerca do conservadorismo reflete sua importância como um mecanismo de governança capaz de contribuir para a qualidade da informação contábil, na diminuição da assimetria informacional, na geração de valor por meio dos relatórios financeiros e beneficiam a todos os stakeholders da empresa (Holthausen & Watts, 2001; Watts, 2003b). Logo, é de considerável importância compreender seus efeitos.

Nessa seara, estudiosos vêm lançando mão de diversas formas de mensuração, utilizando modelos que buscam verificar o nível do conservadorismo contábil. Além do modelo de Basu (1997), um dos mais influente na literatura, outros modelos e adaptações (Ball & Shivakumar, 2005; Beaver & Ryan, 2005; Givoly & Hayn, 2000; Khan & Watts, 2009; Penman & Zhang, 2002) vêm tentando mensurar os efeitos do conservadorismo na contabilidade.

No entanto, é mister observar até que ponto tais modelos são capazes de capturar uma relação de causalidade para o conservadorismo contábil e a qualidade das informações contábeis, levando em consideração aspectos tributários, jurídicos de contratos, (Watts, 2003b) ou culturais (Gray, 1983; 1988) comumente pesquisados.

O objetivo do presente ensaio é fazer uma revisão crítica da literatura com o fim debater se ser conservador é de fato um atributo da qualidade da informação contábil considerando a realidade econômica dos fatos, as proposições dos principais autores, ressaltando as proxies utilizadas em seus modelos e os principais resultados empíricos da literatura estrangeira e brasileira.

Tem como objetivo secundário, identificar se grande parte da controvérsia em torno do conservadorismo contábil resulta de uma eventual confusão sobre a definição e medição do conservadorismo, bem como rever as evidências sobre a interpretação e o papel do conservadorismo contábil.

A relevância deste estudo caracteriza-se pela necessidade em se obter uma visão abrangente



sobre o conservadorismo, seus principais autores e promover o debate sobre o estado da arte considerando os principais aspectos do conservadorismo e sua relação com a qualidade da informação contábil.

A presente pesquisa está delimitada a debater o conservadorismo contábil como atributo da qualidade da informação contábil, seus principais aspectos e métodos de mensuração, sem esgotar todas as possibilidades existentes, mas ressaltar aquelas que contribui para uma informação contábil útil.

2 Mas afinal, o que é o conservadorismo contábil?

A prática do conservadorismo, segundo Watts (2003), tem sua origem no século XIX, uma vez que os contabilistas precisavam provisionar as perdas prováveis antes de distribuir o patrimônio da empresa. Mesmo assim, não se identifica uma definição dominante de conservadorismo contábil, sendo comumente identificado pela literatura sob a sentença “não antecipar lucros e reconheça todas as perdas prováveis” (Bliss, 1924, apud Watts, 2003, p. 208) onde se denota a defasagem temporal no reconhecimento de receitas e despesas.

O *Statement of Financial Accounting Concepts* (SFAC) nº 2 – *Qualitative Characteristics of Accounting Information* - convencionava: “O conservadorismo é uma reação prudente à incerteza para tentar garantir que imprecisões e riscos inerentes as atividades da empresa sejam adequadamente consideradas.”

Watts e Zimmerman (1986) definem o conservadorismo como a decisão em se manter o menor valor entre os possíveis valores alternativos para o ativo e o maior para o passivo. Neste contexto, a academia destaca o efeito do conservadorismo no balanço patrimonial e o define como um subavaliador persistente do valor contábil dos ativos (Feltham & Ohlson, 1995; Gonzaga & Costa, 2009; Watts & Zimmerman, 1986)

Os efeitos nas demonstrações de resultados, por sua vez, não haviam recebido muita atenção até o estudo de Basu (1997). Ao considerar o retorno das ações como medida para as notícias boas e ruins, Basu (1997) interpreta o conservadorismo em função de como os ganhos refletem as más notícias mais rapidamente do que as boas notícias.

Sob este aspecto, a resposta assimétrica do mercado às boas versus más notícias vem sendo explicada como resultante do conservadorismo (Ball et al., 2000; Barth et al., 2020; Givoly et al., 2007; Khan & Watts, 2009; Sousa et al., 2018; Watts, 2003a) ou seja, os ganhos sofrem impacto de más notícias de forma mais célere que as boas notícias resultando em menor patrimônio líquido. Ball e Shivakumar, (2005) desenvolveram o entendimento acerca do conservadorismo condicional e incondicional, considerando seus reflexos no patrimônio líquido e o impacto de novas informações (boas ou ruins) sobre o valor econômico da empresa.

Separando as medidas do conservadorismo em condicional e incondicional, Qiang (2007) considera que os dois tipos de conservadorismo desempenham um papel comum. O conservadorismo incondicional é em grande parte impulsionado por custos de litígios e fatores fiscais, enquanto a maioria do conservadorismo condicional é impulsionada por fatores relacionados a contratos.

Mora e Walker (2015) aprofunda a discussão e aponta que o conservadorismo contábil se manifesta de duas formas gerais. Em um primeiro momento, temos o conservadorismo incondicional, onde práticas contábeis pré-determinadas podem levar a um valor contábil do patrimônio líquido subestimado. Em segundo, temos o conservadorismo condicional, que está atrelado a ideia de se registrar fatos advindos de circunstâncias adversas possíveis de ocorrer. O mesmo não ocorre para as circunstâncias favoráveis, as quais são registradas quando o nível de



certeza é maior se comparado com circunstâncias desfavoráveis.

O fato é que tal classificação tem sido amplamente utilizada em estudos empíricos juntamente com aspectos contratuais (Ahmed & Duellman, 2011; Ahmed *et al.*, 2002), institucionais (Ahmed & Duellman, 2007; Santana & Klann, 2016; Queiroz et al., 2020) e até mesmo culturais (Ahmed & Duellman, 2013; Gray, 1983; Gray, 1988; Wronski & Klann, 2020) de forma que discorrer acerca das peculiaridades de cada um seja fundamental para um debate considerando outros contextos.

Conservadorismo incondicional.

O conservadorismo incondicional, chamado também de *ex ante*, carrega em si a ideia de um ativo sendo mantido no balanço a um valor contábil inferior ao valor presente líquido. Isto é, o registro contábil ocorre independentemente de um acontecimento que sinalize prováveis perdas econômicas futuras resultando em menor avaliação do patrimônio líquido, mediante duas alternativas de mensuração e reconhecimento igualmente válidas (Ball & Shivakumar, 2005).

Nessa seara, Mora e Walker, (2015) apontam que existem dois tipos principais de práticas contábeis que levam a balanços conservadores, ou seja, ao conservadorismo incondicional. O primeiro surge pela decisão de não reconhecer os investimentos que são feitos antes de um projeto entrar em execução. O exemplo mais conhecido é o investimento em pesquisa, que normalmente não é reconhecido como um ativo. Logo, uma das razões pelas quais os balanços são incondicionalmente conservadores é atribuído à aplicação de critérios conservadores no reconhecimento de ativos.

O segundo tipo de conservadorismo incondicional decorre da forma como alguns ativos são mensurados. Em geral os investimentos das empresas possuem vida econômica finita e podem gerar benefícios econômicos em mais de um período contábil. Neste sentido, a prática contábil em geral considera, por exemplo, um cronograma de depreciação em linha com os benefícios econômicos de um determinado projeto (Mora & Walker, 2015). Uma escolha contábil neutra, nesta situação, seria optar por um cronograma de depreciação que resulte uma taxa de retorno do investimento constante durante sua vida útil (Feltham & Ohlson, 1995).

Dessa forma, sendo a taxa de depreciação uma constante fixa, o conservadorismo incondicional, a princípio, influenciará o momento e a forma do registro desta despesa. Uma vez que o ativo mantenha o desempenho esperado e não ocorrendo mudanças nas circunstâncias, a receita total reconhecida ao longo da vida do projeto não será afetada. Consequentemente, espera-se que o efeito do conservadorismo incondicional ocasione uma receita do projeto menor no início e maior no final do seu ciclo de vida.

Logo, o nível de conservadorismo aqui não está relacionado com o reflexo de notícias acerca do desempenho dos ativos em uso. A palavra “incondicional” estará atrelada ao entendimento de que a escolha contábil pelos gestores será realizada antes de qualquer informação sobre o desempenho do investimento estar disponível.

Para Beaver e Ryan, (2005), como o conservadorismo incondicional subestima o valor contábil dos ativos líquidos *ex ante* e não reflete nenhuma nova informação, consequentemente, o conservadorismo incondicional pode não desempenhar um papel na melhoria da eficiência contratual.

Em um cenário de contratação eficiente, o conservadorismo incondicional se revela neutro (sem viés) e possivelmente ineficiente (Ball & Shivakumar, 2005), pois entre alternativas igualmente válidas, reconhece-se aquela que resultar em menor valor do patrimônio e isto é válido tanto para receitas/ganhos como para despesas/perdas (Coelho & Lima, 2007a).



Penman e Zhang (2002), por sua vez, asseveram que o conservadorismo afeta a qualidade dos lucros reportados. Ao estimarem o nível de conservadorismo e da qualidade da informação contábil, construíram uma medida C-Score que considera as denominadas “reservas ocultas”, como por exemplo, (estimativas de perdas, depreciação, receita diferida etc.), para capturar o conservadorismo incondicional.

Os autores concluem em seus achados que, num contexto conservador, as empresas ao realizarem investimentos não só diminuem o lucro, como as taxas de retorno contábeis como mantem cria reservas oriundas de operações não registradas. No momento em que estes investimentos desaceleram, tais reservas acabam por resultar em lucratividade e taxas de retorno altas. A questão é que se o investimento for temporário, os efeitos sobre os lucros e as taxas de retorno também o serão, levando a ganhos com qualidade inferior.

O modelo e conclusões de Penman e Zhang (2002) vem sendo utilizado pela literatura empírica para refutar que o conservadorismo pode gerar lucro de boa qualidade. Os autores defendem que a qualidade do lucro está vinculada à visão do analista de mercado que deseja estimar lucros futuros. Assim, o lucro somente é de boa qualidade se for um bom indicador para lucros futuros, ou seja, a ênfase é dada na ideia de “lucro sustentável” ao longo do tempo e que o conservadorismo incondicional afeta esta sustentabilidade.

Conservadorismo condicional

A literatura geralmente vê o conservadorismo condicional como um mecanismo eficiente de relatórios financeiros que aumenta o valor de uma empresa e beneficia a todos os seus participantes (Holthausen & Watts, 2001; Watts, 2003)

Chamado de *ex-post*, o conservadorismo condicional demonstra-se mais oportuno no reconhecimento de perdas econômicas em comparação com o reconhecimento de ganhos (Beaver & Ryan, 2005). Os montantes correspondentes às perdas econômicas são reconhecidos contabilmente de forma tempestiva, quando as empresas experimentam uma circunstância adversa. No entanto, quando há uma circunstância favorável, os ganhos correspondentes à essas informações não são reconhecidas tão rapidamente.

Coelho e Lima (2007) dissertam que o ajuste do valor líquido dos ativos estará condicionado aos eventos econômicos negativos previstos. Se as perdas efetivamente ocorrerem, não terão mais efeito sobre o cálculo do valor líquido dos ativos; se não se confirmarem, os patamares de lucros retornarão aos seus níveis anteriores. Os autores ainda ponderam que a verificabilidade assimétrica, por sua vez, é relevante, porque dela dependerá o uso de números contábeis em contratos executáveis judicialmente. A antecipação de ganhos, num contexto contratual, favorecerá apenas aos gerentes ou acionistas majoritários (Coelho & Lima, 2007)

Sob a ótica de LaFond e Watts (2007), um aspecto negativo da assimetria informacional refere-se à redução do valor da empresa e do fluxo de caixa esperado. Sendo o conservadorismo condicional um mecanismo de governança capaz de reduzir a assimetria informacional, e, ao mesmo tempo, diminuir a possibilidade do gestor de manipular e superestimar seu desempenho financeiro, consequentemente resultará em um aumento no valor da empresa e do patrimônio.

Ahmed e Duellman (2013) mostram que o conservadorismo condicional ajuda os gestores a tomar decisões eficientes de investimento de forma prévia. Louis et al. Louis et al., (2012) encontraram evidências de que o conservadorismo condicional está associado a uma utilização mais eficiente do caixa e apoia a hipótese de que o conservadorismo reduziria os incentivos dos gestores para se envolver em projetos que não geram valor.

Em outra perspectiva, o conservadorismo condicional ajuda as empresas a reduzir o custo



do capital. As empresas que optam por divulgar balanço patrimonial conservador obtêm classificações de crédito mais favoráveis e taxas de juros mais baixas em seus financiamentos Zhang (2008) ou um custo menor de capital próprio García Lara et al., (2005)

Nesse contexto, Duarte et al. (2019) identificaram a influência do conservadorismo sobre o nível de investimento das companhias abertas e que, em períodos de crise econômica local, as empresas antecipam as futuras perdas aumentando o nível de conservadorismo. Esse comportamento conservador, entretanto, não foi capaz de mitigar os efeitos da crise, que influenciou negativamente o nível de investimentos de capital realizados pelas empresas brasileiras.

Sousa et al. (2018) investigaram se a adoção das IFRS pelas companhias abertas brasileiras contribuiu para aumentar a qualidade da informação contábil. Os resultados evidenciaram a presença de conservadorismo condicional, entretanto, quando comparados os níveis de conservadorismo antes e depois da adoção das IFRS, os resultados revelaram que o conservadorismo diminuiu, levando os autores concluir, pela óptica do conservadorismo condicional, pela rejeição da premissa de que as IFRS trouxeram mais qualidade para a contabilidade brasileira. Tal resultado soa contraditório visto que um dos objetivos das IFRS seria de melhorar a qualidade das informações contábeis.

O fato é que desde que Basu (1997) operacionalizou o conceito, uma literatura considerável evoluiu a fim de revelar o papel variado do conservadorismo dado seu contexto em governança corporativa, agência, operações e financiamento, o que permite afirmar indubitavelmente é que o conservadorismo está relacionado com o reflexo assimétrico e oportuno das perdas econômicas nos ganhos.

No entanto, os efeitos ao se adotar padrões mais rigorosos no reconhecimento de ganhos em relação às perdas face previsão de boas ou más perspectivas, dado o contexto considerado, pode resultar em ativos líquidos e lucros da empresa subestimados e consequências nem sempre desejadas, o que gera questionamentos, como o do presente estudo: mas afinal, de fato, o conservadorismo poderia ser considerado um atributo da qualidade da informação contábil?

3 Modelos de Mensuração do Conservadorismo

Segundo Watts (2003a), os modelos de mensuração do conservadorismo dependem do efeito do reconhecimento assimétrico de ganhos e perdas em números contábeis reportados, em particular ativos líquidos, *accruals* e relação lucro/retorno de ações.

Essa classificação de Watts (2003a) geralmente norteiam as medidas que os pesquisadores têm utilizado em suas pesquisas empíricas. Logo, é possível identificar na literatura referência aos trabalhos seminais de Feltham e Ohlson (1995), ao mensurar a extensão da subavaliação de ativos (*valuation*); os estudos de Beaver e Ryan (2005), ao considerar o *book-to-market* (MTB); os estudos de Givoly & Hayn (2000) para a mensuração de *accruals* e os estudos de Basu (1997), cujo modelo considera a estimativas de lucro e o lucro por ação, sendo um dos modelos mais utilizados pelos estudos que envolvem o conservadorismo Watts (2003a).

Modelo de Basu

O modelo de Basu (1997) é uma métrica que permite analisar o conservadorismo condicional e parte da premissa de que, no momento do reconhecimento de uma futura perda econômica contida no lucro de uma determinada entidade, o mercado reconhece essa perda oportunamente no retorno das ações, enquanto o reconhecimento diferido de boas notícias se espalha por vários períodos futuros.



Logo, o modelo de baseia em uma defasagem temporal entre o reconhecimento de receitas e despesas sendo utilizado por diversos estudos (Cunha et al., 2016; Santos et al., 2016; Scalzer et al., 2008; Sousa et al., 2016)

$$\frac{Luc_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_1 D_{it} + \alpha_2 \frac{RE_{it}}{P_{it-1}} + \alpha_3 D_{it} \frac{RE_{it}}{P_{it-1}} + \varepsilon_{it}$$

Onde, Luc_{it} = Lucro líquido (contábil) por ação da empresa i no ano t .; D_{it} = Variável *dummy*, que será 1 se o retorno econômico for negativo e zero nos demais casos.; RE_{it} = Retorno econômico por ação da empresa i no ano t . (Sendo $P_{it} - P_{it-1}$ ajustado pelo pagamento de dividendos); P_{it-1} = Preço da ação da empresa i no final do ano anterior ε_{it} = Termo de erro da regressão. Os parâmetros da regressão α_1 e α_3 são os coeficientes que refletem o reconhecimento assimétrico do retorno econômico pelo lucro contábil, ou seja, os coeficientes α_1 e α_3 refletem o conservadorismo. O coeficiente α_3 , ao capturar o reconhecimento assimétrico entre boas e más notícias, apresentará sinal positivo, o que se traduz em presença de conservadorismo. Já o coeficiente α_2 reflete o reconhecimento do retorno econômico pelo lucro tanto positivo quanto negativo e a *dummy* é utilizada para verificar se o lucro contábil é mais sensível aos resultados negativos que aos positivos.

A premissa em torno do modelo é válida em um mercado de ações eficiente, onde todas as informações públicas se refletem no retorno das ações. No entanto, é necessária cautela em contextos de pesquisa onde a eficiência do mercado de ações é questionável.

Apesar da popularidade do modelo Basu (1997), críticos argumentam que o modelo apresenta vieses e contestam sua eficácia (Givoly et al., 2011), além de ser uma medida restrita a empresas cotadas no mercado de ações. Watts (2003b) já dissertava acerca da capacidade limitada dos modelos, no entanto, estudos posteriores realizados por Ball et al., (2013) defendem que modelos com variáveis omitidas constituem problemas inerentes a pesquisa empírica e que, todavia, há soluções simples para os possíveis vieses identificados.

Ball e Shivakumar (2005), com base no modelo de Basu (1997), desenvolveram métrica que se propõe de ser utilizada no contexto das companhias fechadas e abertas. Utilizando como variável a variação do lucro, os autores propõem identificar o grau de conservadorismo por meio dos ganhos e perdas registrados nos resultados contábeis.

$$\Delta LC_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 \Delta LC_{it-1} + \alpha_2 \Delta \Delta LC_{it-1} + \alpha_3 \Delta \Delta LC_{it-1} * \Delta \Delta LC_{it-1} + \varepsilon_{it}$$

Onde, ΔLC_{it} = Variação no lucro líquido contábil da empresa I no ano $t-1$ para o ano t ; ΔLC_{it-1} = Variação no lucro líquido contábil da empresa I no ano $t-2$ para o ano $t-1$; $\Delta \Delta LC_{it-1}$ = Variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa I no ano $t-1$ para o ano t , assumindo o valor 1 se $\Delta LC_{it} < 0$ e 0 nos demais casos; ε_{it} = erro da regressão. Todas as variáveis são ponderadas pelos ativos totais no início do período.

Khan e Watts (2009) analisaram, por meio de um estudo empírico com empresas norte-americanas, a relação entre conservadorismo e a relevância das informações contábeis, objetivando identificar se os investidores consideram o conservadorismo como prática que permite diminuir o nível de assimetria da informação propiciando a tomada de decisão.

O modelo de Khan e Watts considera a relação entre o resultado contábil do exercício do período com o tamanho da empresa, seu valor de mercado e a alavancagem. Por meio dos estimadores gerados, calcula-se o C-Score e o G-Score a fim de identificar a antecipação de más e



boas notícias, respectivamente.

$$\begin{aligned} LPA_{it}/P_{it-1} = & \beta_0 + \beta_1 D_{it} + \beta_2 R_{it}(\mu_1 + \mu_2 Size_i + \mu_3 M/B_i + \mu_4 Lev_i + \beta_3 D_i R_i (\lambda_1 + \lambda_2 Size_i \\ & + \lambda_3 M/B_i + \lambda_4 Lev_i) + (\delta_1 Size_i + \delta_2 M/B_i + \delta_3 Lev_i + \delta_4 D_i Size_i \\ & + \delta_5 D_i M/B_i + \delta_6 D_i Lev_i) + \varepsilon_{it} \end{aligned}$$

Onde, ΔLC_{it} = Variação no lucro líquido contábil da empresa I no ano t-1 para o ano t; ΔLC_{it-1} = Variação no lucro líquido contábil da empresa I no ano t-2 para o ano t-1; $D\Delta LC_{it-1}$ = Variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa I no ano t-1 para o ano t, assumindo o valor 1 se $\Delta LC_{it} < 0$ e 0 nos demais casos; ε_{it} = erro da regressão. Todas as variáveis são ponderadas pelos ativos totais no início do período.

O *C-score* revela o nível de conservadorismo contábil por empresa, segundo Khan e Watts (2009).

$$G_Score = \beta_3 = \mu_1 + \mu_2 Size_i + \mu_3 M/B_i + \mu_4 Lev_i$$

$$C_Score = \beta_4 = \lambda_1 + \lambda_2 Size_i + \lambda_3 M/B_i + \lambda_4 Lev_i$$

Medidas baseadas em accruals

Outra limitação que Ball e Shivakumar (2005) buscaram superar refere-se aos *accruals* temporários (passíveis de reversão futura) e a verificação se tais registros são tempestivos ou extemporâneos, os quais o modelo de Basu (1997) não é capaz de distinguir. Dessa forma, os autores desenvolveram o modelo de reconhecimento antecipado de perdas econômicas, para avaliar o conservadorismo, com base na correlação tempestiva entre os fluxos de caixa operacional e as apropriações contábeis no mesmo período.

$$ACC_t = \beta_0 + \beta_1 DCFO_1 + \beta_2 CFO_t + \beta_3 DCFO_t \times CFO_t + v_t$$

Onde, $ACC_t = accruals = \Delta$ inventário + Δ devedores + Δ outros ativos correntes - Δ credores - Δ outros passivos correntes - depreciações; $CFO_t = cash\ flow$ do período t; $DCFO_t$ = variável *dummy*, assume 0 se $CFO > 0$ e 1, caso contrário.

Aumentos não verificáveis nos valores dos ativos não são reconhecidos quando ocorrem, mas em períodos futuros à medida que os fluxos de caixa que geram esses aumentos são realizados. Logo, observa-se uma assimetria nos acréscimos atrelado ao conservadorismo que reduz os ganhos acumulados reportados ao longo do tempo (Ball & Shivakumar, 2005).

Nesse contexto, ao subestimar o valor contábil dos ativos e do lucro líquido, o conservadorismo acaba por refletir *accruals* negativos ao longo do tempo. Apesar de os *accruals* totais acumulados estarem sendo utilizados pela literatura para mensurar tanto o conservadorismo condicional (Ahmed & Duellman, 2007), como o conservadorismo incondicional (Ahmed & Duellman, 2013), os *accruals* negativos médios de uma empresa à longo prazo fornecem uma medida específica para o conservadorismo incondicional (Givoly & Hayn, 2000a).

Givoly e Hyan (2000) propõem a mensuração do conservadorismo por meio do grau de persistência de *accruals* negativos, seguindo os estudos de Ahmed et al. (2002). Os autores argumentam que o conservadorismo contábil leva a *accruals* persistentemente negativos. Soma-se a isso as evidências identificadas por eles de que as mudanças nos resultados, fluxos de caixa e *accruals* no decorrer do tempo estão associadas ao conservadorismo.



$$NA = ACT - ACO$$

Onde, NA = *accruals* negativos; ACT, = Lucro líquido + Depreciação – Fluxo Caixa operacional + *accruals* contabilísticos totais; e ACO, *accruals* contabilísticos operacionais. ACO = Δ CREC é a variação nas contas a receber; Δ EST é a variação nos stocks; Δ DANT é a variação em despesas antecipadas; Δ CPAG é a variação nas contas a pagar; e Δ IPAG é a variação nos impostos a pagar; i é a empresa e t o período.

Xie (2015) argumenta que os acréscimos totais refletem o conservadorismo global em vez de tipos específicos de conservadorismo. Tanto o conservadorismo condicional quanto o conservadorismo incondicional resultam em *accruals* negativos. Por exemplo, a perda por *impairment* de ativos de longa duração é condicionalmente conservador e se traduz em *accrual* negativo não-operacional.

As metodologias de contabilização dos estoques, por exemplo, PEPS, UEPS e custo médio, é um exemplo de conservadorismo incondicional, o que pode resultar em *accruals* operacionais negativos. Dessa forma, pesquisadores excluem os acréscimos operacionais de acréscimos totais para medir o conservadorismo (Givoly & Hayn, 2000; Beatty & Weber, 2006).

No entanto, Zhang (2008) argumenta que essa medida deve capturar o conservadorismo condicional porque os acréscimos não operacionais geralmente resultam de conservadorismo condicional, como as perdas por *impairments* e as baixas de ativos, enquanto Qiang (2007) aponta que os *accruals* e a depreciação acelerada, são usados para capturar o conservadorismo incondicional.

Dutra e Costa (2014), por sua vez, objetivaram identificar se haveria relação entre o nível de gerenciamento de resultados e o grau de conservadorismo contábil apresentado pelas companhias abertas brasileiras. Os autores utilizaram os modelos de Basu (1997) e Dechow et al (1994) para identificar o conservadorismo contábil considerando como proxy somente os *accruals* não discricionários. Os resultados apontaram indícios de que no Brasil não há conservadorismo, pois não há antecipação do reconhecimento do ganho em relação às perdas, em oposto aos identificados em estudos anteriores como, por exemplo, os estudos de Lara et al (2005).

Uma possível explicação para os achados de Dutra e Costa (2014) repousa no fato de que as medidas baseadas em *accruals* são consideradas frágeis por alguns pesquisadores, pois excluem a depreciação ou não a consideram no cálculo dos *accruals* a fim de identificar o lucro líquido dos fluxos de caixa operacionais (Givoly et al., 2011; Ahmed & Duellman, 2013). Assim, as medidas não captam o efeito conservador da depreciação.

Outro ponto de fragilidade ao se utilizar *accruals* como medida do conservadorismo reside no fato de ser difícil distinguir que tipo de conservadorismo é capturado. Acredita-se que os acréscimos operacionais resultam de conservadorismo incondicional e que os acréscimos não operacionais decorrem do conservadorismo condicional (Qiang, 2007).

Qiang (2007) afirma em seus estudos que a depender do contexto, o conservadorismo condicional e o incondicional podem atender a necessidade distintas e desempenhar papéis distintos na contratação, regulamentação e tributação bem como desempenhar um papel comum em litígios. A aplicação da convenção “custo ou mercado, dos dois o menor” para a contabilização do inventário refere-se à um conservadorismo condicional, mas ele resulta em acréscimos operacionais, o qual é um indicativo de conservadorismo incondicional. Logo, os modelos baseados em um tipo específico de acréscimo devem considerar o contexto a ser pesquisado. podem apenas.



Medidas baseadas em Market-to-Book

Vimos que o conservadorismo denota a uma subavaliação do valor contábil dos ativos líquidos, isto é, do valor patrimonial em relação ao seu valor de mercado. Nessa seara, partindo do modelo de Ohlson (1995), a ideia básica do modelo de Feltham e Ohlson (1995) considera que a mensuração por meio do market-to-book (MTB) que reflete uma diferença persistente entre o valor contábil (patrimônio líquido contábil) segregado em ativos operacionais líquidos e ativos financeiros líquidos) e o valor de mercado, capturando o efeito do conservadorismo contábil.

$$VME_t = PL_t + \alpha_1 LA_t + \alpha_2 OI_t$$

$$PL_t = AOL_t + AFL_t$$

Onde, VME_t= valor de mercado da entidade no período t; PL_t= valor contábil do patrimônio líquido no período t; LA_t = lucros anormais do período t (lucro do período menos o patrimônio líquido defasado uma taxa livre de risco); OI_t= outras informações do período t. AOL_t= ativos operacionais líquidos no período t; AFL_t= ativos financeiros líquidos no período t.

Vários pesquisadores adotaram a relação *market-to-book* para medir o conservadorismo (Ahmed & Duellman, 2007; Beatty & Weber, 2006; Beaver & Ryan, 2005); BEATTY; WEBER, 2006; AHMED; DUELLMAN, 2007), sendo de fácil implementação por ser uma medida disponível, pois é composta pela razão entre o valor contábil e o valor de mercado.

Beaver e Ryan (2005) propõe a mensuração do conservadorismo distinguindo-o em duas fontes de variação para o MTB ratio denominadas “viés” e “defasagem” (lag) do reconhecimento contábil. Dessa forma, o conservadorismo é medido pelos efeitos fixos da firma (intercepto) em uma regressão que considera a razão BTM como variável dependente e o retorno como variável independente. O efeito fixo tem o propósito de capturar a variação temporal no reconhecimento de ganhos e perdas no valor patrimonial por ação de cada firma.

$$BTM_{ti} = \alpha_t + \alpha_i + \sum_{j=0}^6 \beta_j RET_{t-j,i} + \varepsilon_{t,i}$$

Onde, o BTM_{it} é o índice BTM para a firma i no final do período t (Valor Patrimonial da Ação / Cotação de Fechamento); e RET_{it} é a taxa de retorno ($\ln(Cotação_t / Cotação_{(t-1)})$) da firma i no período t, em que t varia de 1 até 6, indicando que são considerados os retornos atuais além dos retornos ocorridos (até) nos últimos seis anos.

Os retornos atuais são proxies para novas informações e os coeficientes dos retornos capturam o atraso (*lag*) com que a contabilidade incorpora as informações já precificadas pelo mercado, considerando o período de até 6 anos, seguindo os estudos de Ryan, (1995). A sub ou superavaliação do valor contábil não explicada pelos retornos é capturada pelo intercepto da firma que mensura o viés persistente.

No entanto, críticos apontam ser inapropriado medir o conservadorismo condicional com esta proxy. Por exemplo, Roychowdhury e Watts (2011) apontam que tanto o conservadorismo condicional quanto o incondicional reportam um valor contábil mais baixo em relação ao valor de mercado. A única diferença é o tempo. O primeiro registra o valor contábil quando há novas informações sobre perdas, enquanto o último subestima o valor contábil no início da vida do ativo. Assim, a relação *market-to-book ratio* reflete um efeito global do conservadorismo.

Conforme sugere Xie (2015), o problema com o modelo de Beaver e Ryan (2005) é que



eles ignoram o fato de que o conservadorismo condicional cria uma diferença temporária entre o valor contábil e o valor de mercado. O conservadorismo condicional registra boas notícias gradualmente, levando a uma diferença temporária entre valor de mercado e valor contábil. Portanto, o componente “viés” captura principalmente o conservadorismo incondicional em vez do conservadorismo geral como proposto por Beaver e Ryan (2005).

Para resolver esse problema, Qiang (2007) incorporou retornos assimétricos no modelo de Beaver e Ryan (2005). Assim, os coeficientes de retorno podem ser usados para capturar o conservadorismo condicional e o viés mensurado pelo intercepto é entendido como medida de conservadorismo incondicional quando apresenta resultado inferior a 1.

A eficiência das medidas baseadas em MTB, no entanto, depende do papel que a contabilidade exercerá (Roychowdhury & Watts, 2011). Tais medidas talvez atinjam o seu objetivo ao considerar que o papel da contabilidade seja apenas o de reportar o valor patrimonial. No entanto, o papel da contabilidade varia, especialmente entre os países. Watts (2003^a, 2003b) argumenta que o papel da contabilidade é registrar o valor do patrimônio líquido e, nesse caso, as medidas baseadas em MTB capturam não somente o conservadorismo, mas também os retornos econômicos. Logo, é questionável se os estudos empíricos que utilizam tal proxy de fato captam o conservadorismo em estudo.

O modelo de Basu é eficiente?

Cada medida tem seus pontos fracos e fortes. De forma a se identificar uma parcimônia, as medidas são classificadas em condicionais e incondicionais baseadas em qual tipo se quer analisar. De forma estrita, essas medidas se sobrepõem devido a uma complexa interação entre conservadorismo incondicional e conservadorismo condicional (Beaver & Ryan, 2005). Por exemplo, o conservadorismo incondicional subestima o valor contábil dos ativos líquidos *ex ante*, reduzindo assim a probabilidade de futuras baixas de ativos. O conservadorismo condicional reduz as bases de custos dos ativos líquidos, o que afeta o conservadorismo incondicional subsequente. Portanto, há uma limitação inerente ao considerar o conservadorismo condicional e incondicional separadamente (Beaver & Ryan, 2005).

Outra problemática é levantada por Bushman et al. (2016) no que se referem aos *accruals*, os quais também podem refletir cada vez mais o papel do reconhecimento de perda tempestiva, o que sugere uma correlação positiva entre os *accruals* e os fluxos de caixa. O declínio na relação inerente entre os *accruals* contemporâneos e os fluxos de caixa operacionais sugere que os pesquisadores devem estar cientes das possíveis mudanças intertemporais nesta medida e, no mínimo, devem avaliar a consistência de seus achados ao longo do tempo.

Não surpreende que a maioria dos pesquisadores adote múltiplas medidas para mitigar erros de mensuração (Loenert & Da Silva, 2020; Scalzer et al., 2008). Mais pesquisas são necessárias para refinar as medidas existentes.

5 Conservadorismo: Bom ou Ruim?

As perspectivas em torno do conservadorismo é a de que ele seja favorável tanto para a entidade quanto para as partes interessadas. Watts (2003^a) destaca que se trata de um mecanismo de contratação eficiente, restringe o comportamento oportunista de gestores, reduz os custos de litígios, possibilita a postergação do pagamento de impostos, permite a redução de custos políticos de reguladores e afasta a estimativa de ganhos com base em fluxos da caixa não observáveis e sujeitos a manipulação (Holthausen & Watts, 2001).

Em contrapartida, para Hendriksen e Van Breda, (2009), o conservadorismo em especial o



incondicional tem em sua base a incerteza e conflita com o objetivo da contabilidade impedindo a divulgação relevante e de maneira fidedigna e a comparabilidade entre empresas face a ausência de neutralidade. A criação de reservas secretas e ocultas, podem acarretar lucros excessivos no futuro (assimetria), prejudicando a qualidade informacional contábil.

Os reguladores são ambivalentes sobre o papel do conservadorismo contábil. Por um lado, eles veem o conservadorismo como uma compensação para uma situação revestida de incerta. Por outro lado, o conservadorismo é criticado como uma violação da neutralidade e da comparabilidade (FASB 1980; IASB 1989, 2008).

Este estudo argumenta que o conservadorismo incondicional e o conservadorismo condicional têm mecanismos diferentes e, portanto, podem ter papéis diferentes. É importante discutir separadamente os dois tipos de conservadorismo.

Vale então o questionamento: Seria o conservadorismo de fato um atributo da qualidade da informação contábil? Ser conservador leva uma maior qualidade da informação contábil? Trazendo os exemplos enumerados por Paulo et al., (2008) das práticas conservadoras como o não reconhecimento de ativos intangíveis ou não reconhecer os ganhos enquanto não realizados provê uma informação contábil mais fidedigna? Ou obscurece as potencialidades de benefícios futuros dos ativos?

Guay e Verrecchia, (2006) asseveram que o reconhecimento oportuno das perdas e o atraso no reconhecimento dos ganhos são dois lados da mesma moeda. O atraso em reconhecer ganhos tornaria os ganhos menos informativos, reduzindo assim a eficiência contratual. Os pesquisadores, no entanto, muitas vezes ignoram o lado negativo do conservadorismo.

6 Considerações Finais

O conservadorismo é considerado por parte da literatura um atributo da qualidade da informação contábil necessário para nortear o registro de situações em condições de incerteza e sustenta a neutralidade. Por outro lado, a literatura afirma que seu exercício introduz vieses nas demonstrações financeiras impactando a qualidade dos resultados contábeis e comprometendo sua representação fidedigna

É pacificado o fato de que a prática atua no combate a possíveis atitudes oportunistas do gestor, reduz o custo de monitoramento das partes interessadas e leva a empresa a reconhecer, de forma antecipada, possíveis perdas. Por outro lado, quando uma empresa pratica o conservadorismo, ela gera diferença de retorno futuro e consequentemente ganhos de menor qualidade ou menos sustentáveis. Por conta disso, o conservadorismo seria, em longo prazo, prejudicial à obtenção de recursos de fontes externas.

A existência de dois tipos de conservadorismo leva acadêmicos e pesquisadores a certa confusão na definição e medição do conservadorismo, o que, por sua vez, leva à interpretação dúbia do conservadorismo. Este estudo mostra que o debate sobre o conservadorismo contábil é em grande parte impulsionado pela confusão sobre a definição e a medição do conservadorismo.

O conservadorismo condicional tem atraído intenso interesse desde o trabalho de Basu (1997). A literatura foca principalmente na explicação de eficiência de contratação para o conservadorismo condicional, mas negligenciam a possibilidade de que o reconhecimento assimétrico de perdas e ganhos possa ocasionar informações acerca do lucro de forma distorcida a longo prazo.

Os modelos propostos pela literatura por vezes demonstram capacidade limitada e a utilização de proxies e dummies para retratar determinado contexto mostra-se insuficiente ou até mesmo inadequado, considerando aspectos institucionais ou culturais.



O conservadorismo condicional pode se demonstrar ineficiente do ponto de vista da informação e não se espera que seja o mais eficiente para a valorização do patrimônio. A literatura se beneficiaria de uma investigação mais completa do conservadorismo condicional. Além disso, estudos anteriores focam principalmente na adoção de contabilidade conservadora no cenário norte-americano, onde a propriedade é dispersa entre os acionistas e os direitos de controle estão concentrados nas mãos dos gestores.

No entanto, a propriedade concentrada é mais prevalente em todo o mundo, inclusive no Brasil. A propriedade dispersa aumenta os custos de monitoramento e reduz os incentivos e a capacidade dos acionistas de monitorar os gestores. Enquanto isso, os gerentes têm um horizonte limitado nas empresas.

O bem-estar pessoal desses gestores, como a remuneração e o valor das opções de ações, está relacionado ao desempenho financeiro de sua empresa. Portanto, os gestores têm um incentivo para exagerar o desempenho financeiro para maximizar seus próprios benefícios. Portanto, o papel e a comunicação de incentivos para o conservadorismo contábil em um ambiente de propriedade concentrada seria um tema interessante para pesquisas futuras.

Este ensaio contribui para a literatura sobre o conservadorismo contábil ao debater os tipos e o papel do conservadorismo contábil sob diversos contextos e destaca as principais teorias e modelos existentes que buscam mensurar os efeitos de uma contabilidade conservadora. Contribui na construção de uma agenda e possíveis direções para futuras pesquisas.

Referências:

- Ahmed, A S, & Duellman, S. (2011). Evidence on the role of accounting conservatism in monitoring managers' investment decisions. *Accounting and Finance*, 51(3), 609–633. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2010.00369.x>
- Ahmed, Anwer S., & Duellman, S. (2007). Accounting conservatism and board of director characteristics: An empirical analysis. *Journal of Accounting and Economics*, 43(2–3), 411–437. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2007.01.005>
- Ahmed, Anwer S., & Duellman, S. (2013). Managerial Overconfidence and Accounting Conservatism. *Journal of Accounting Research*, 51(1), 1–30.
- Ahmed, Anwer S, Billings, B. K., Morton, R. M., & Stanford-Harris, M. (2002). The Role of Accounting Conservatism in Mitigating Bondholder-Shareholder Conflicts over Dividend Policy and in Reducing Debt Costs. *The Accounting Review*, 77(4), 867–890. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.4.867>
- Ball, R, Kothari, S. P., & Nikolaev, V. V. (2013). On estimating conditional conservatism. *Accounting Review*, 88(3), 755–787.
- Ball, Ray, Kothari, S. P., & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 29(1), 1–51. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(00\)00012-4](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(00)00012-4)
- Ball, Ray, & Shivakumar, L. (2005a). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 83–128. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.04.001>
- Ball, Ray, & Shivakumar, L. (2005b). Earnings quality in UK private firms: Comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 83–128. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.04.001>
- Barth, M. E., Landsman, W. R., Raval, V., & Wang, S. (2020). Asymmetric Timeliness and the Resolution of Investor Disagreement and Uncertainty at Earnings Announcements.



- Accounting Review*, 95(4), 23–50.
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Contemporary Accounting Research*, 24(1), 3–37.
- Beatty, A., & Weber, J. (2006). Accounting discretion in fair value estimates: An examination of SFAS 142 goodwill impairments. *Journal of Accounting Research*, 44(2), 257–288. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2006.00200.x>
- Beaver, W. H., & Ryan, S. G. (2005). Conditional and Unconditional Conservatism: Concepts and Modeling. *Review of Accounting Studies*, 10, 269–309.
- Bushman, R. M., Lerman, A., & Zhang, X. F. (2016). The Changing Landscape of Accrual Accounting. *Journal of Accounting Research*, 54(1), 41–78.
- Cella, R. S., Machado, M. R. R., & Carmo, C. H. S. do. (2019). A Lei Anticorrupção e o Conservadorismo Condicional nas Empresas Brasileiras não Financeiras. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 30(1), 68–90.
- Coelho, A. C., & Lima, I. S. (2007). Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(45), 38–49. <https://doi.org/10.1590/s1519-70772007000400004>
- Costa, R. A. Da, Costa, F. M. Da, Amorim, G., & Baptista, É. C. S. (2009). O Impacto da Regulação no Conservadorismo das Empresas Brasileiras Listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(3), 28–37.
- Costa, R. A. D., Nossa, S. N., Baptista, É. C. S., & Teixeira, A. J. C. (2006). O Impacto da Regulação Diferenciada sobre O Conservadorismo nas Empresas Brasileiras: Período 1996-2006. *Fucape.Br*, 1997, 1–16.
- Cunha, E. S. da, Dantas, J. A., & Medeiros, O. R. (2016). Dois Modelos Contemporâneos De Divulgação Financeira Na Indústria Bancária Brasileira: Qual É Mais Conservador? *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 9(3), 301–317. <https://doi.org/10.14392/asaa.2016090304>
- Damascena, L. G., & Paulo, E. (2013). Audit Opinion: A Study Of Qualification Opinion And Paragraphs Of Emphasis On The Financial Statements Of Brazilian Public Firms. *Revista Universo Contábil*, 104–127.
- Dechow, P. M. (1994). Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance The role of accounting accruals. *Journal Of Accounting & Economics*, 18, 3–42.
- Degenhart, L., Beckhauser, S. P. R., & Klann, R. C. (2018). Remuneração de Executivos e Conservadorismo Condicional de Empresas Brasileiras. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(2), 160–177.
- Demonier, G. B., de Almeida, J. E. F., & Bortolon, P. M. (2015). O impacto das restrições financeiras na prática do conservadorismo contábil. *Revista Brasileira de Gestao de Negocios*, 17(57), 1264–1278. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v17i57.2326>
- Do Vale, J. P. S., & Nakao, S. H. (2017). Conservadorismo incondicional nas companhias abertas brasileiras e o contexto da neutralidade tributária. *Revista Contabilidade e Financas*, 28(74), 197–212.
- Duarte, J. M. S., Lima, L. V. de A., Paulo, E., & Mota, R. H. G. (2019). Efeitos do conservadorismo condicional decorrente da crise econômica sobre o investimento das companhias abertas brasileiras. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 18(Xli), 2774. <https://doi.org/10.16930/2237-766220192774>
- Dutra, E. S., & Costa, F. M. da. (2014). the Relationship Between Earnings Management and Accounting Conservatism in Brazilian Public Listed Companies. *Advances in Scientific and*



- Applied Accounting*, 1941, 149–170.
- Financial Accounting Standards Board (1980), Statement of Financial Accounting Concepts No. 2: Qualitative Characteristics of Accounting Information
- Feltham, G. A., & Ohlson, J. A. (1995). Valuation and Clean Surplus Accounting for Operating and Financial Activities. *Contemporary Accounting Research*, 11(2), 689–731.
<https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1995.tb00462.x>
- Gaertner, F. B., Kausar, A., & Steele, L. B. (2020). Negative accounting earnings and gross domestic product. *Review of Accounting Studies*, 25(4), 1382–1409.
- Gao, P. Y. (2013). A measurement approach to conservatism and earnings management. *Journal of Accounting & Economics*, 55(2–3), 251–268.
<https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2012.10.001>
- García Lara, J. M., Osma, B. G., & Mora, A. (2005). The effect of earnings management on the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Business Finance and Accounting*, 32(3–4), 691–726.
- Givoly, D., & Hayn, C. (2000a). The Changing Time-Series Properties of Earnings, Cash Flows and Accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 29, 287–320.
- Givoly, D., & Hayn, C. (2000b). The changing time-series properties of earnings, cash flows and accruals: Has financial reporting become more conservative? *Journal of Accounting and Economics*, 29(3), 287–320.
- Givoly, D., Hayn, C. K., & Natarajan, A. (2007). Measuring reporting conservatism. *Accounting Review*, 82(1), 65–106. <https://doi.org/10.2308/accr.2007.82.1.65>
- Givoly, D., Hayn, C., & Natarajan, A. (2011). Measuring Reporting Conservatism. *SSRN Electronic Journal*, 2004(October). <https://doi.org/10.2139/ssrn.606841>
- Gonzaga, R. P., & Costa, F. M. da. (2009). A relação entre o conservadorismo contábil e os conflitos entre acionistas controladores e minoritários sobre as políticas de dividendos nas empresas brasileiras listadas na Bovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 95–109. <https://doi.org/10.1590/s1519-70772009000200007>
- Gray, S. J. (1983). The impact of international accounting differences from a security-analysis perspective: some European evidence**This article is reprinted, with permission, from the *Journal of Accounting Research* (Spring 1980) pp 64–76. In *International Accounting and Transnational Decisions* (Issue Spring 1976). Butterworth & Co. (Publishers) Ltd.
- Guay, W., & Verrecchia, R. (2006). Discussion of an economic framework for conservative accounting and Bushman and Piotroski (2006). *Journal of Accounting and Economics*, 42(1–2), 149–165. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.03.003>
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2009). *Teoria da contabilidade* (Atlas (ed.); 5a.). Atlas.
- Holthausen, R. W., & Watts, R. L. (2001). The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1–3), 3–75.
[https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00029-5](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00029-5)
- IASB [International Accounting Standards Board]. (1989). Framework for the preparation and presentation of financial statements. Londres.
- _____. IFRS Foundation and International Accounting Standards Board. Due process handbook for the IASB. 2008.
- James A. Ohlson. (1995). Earnings, Book Values, and Dividends in Equity Valuation. *Contemporary Accounting Research*, 11(2), 661–687.
- Jayaraman, S., & Shivakumar, L. (2013). Agency-based demand for conservatism: Evidence from state adoption of antitakeover laws. *Review of Accounting Studies*, 18(1), 95–134.



- <https://doi.org/10.1007/s11142-012-9205-8>
- Khan, M., & Watts, R. L. (2009). Estimation and empirical properties of a firm-year measure of accounting conservatism. *Journal of Accounting and Economics*, 48(2–3), 132–150.
<https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.08.002>
- Kothari, S. P., Shu, S., & Wysocki, P. D. (2009). Do managers withhold bad news. *Journal of Accounting Research*, 47(1), 241–276.
- LaFond, R., & Roychowdhury, S. (2011). Managerial Ownership and Accounting Conservatism. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.929693>
- LaFond, R., & Watts, R. L. (2007). The Information Role of Conservatism. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.921619>
- Loenert, F. M., & Da Silva, R. L. M. (2020). O conservadorismo condicional nas demonstrações financeiras das incorporações de capital aberto no Brasil. *Base - Revista de Administração e Contabilidade Da Unisinos*, 17(1), 100–124.
- Louis, H., Sun, A. X., & Urcan, O. (2012). Value of Cash Holdings and Accounting Conservatism. *Contemporary Accounting Research*, 29(4), 1249–1271.
- Mora, A., & Walker, M. (2015). The implications of research on accounting conservatism for accounting standard setting. *Accounting And Business Research*, 45(5), 620–650.
<https://doi.org/10.1080/00014788.2015.1048770>
- Paulo, E., Antunes, M. T. P., & Formigoni, H. (2008). Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras TT - Accounting conservatism in Brazilian publicly-quoted and private companies. *Revista de Administração de Empresas*, 48(3), 46–60.
- Penman, S. H., & Zhang, X. J. (2002). Accounting conservatism, the quality of earnings, and stock returns. *Accounting Review*, 77(2), 237–264.
- Qiang, X. (2007). The effects of contracting, litigation, regulation, and tax costs on conditional and unconditional conservatism: Cross-sectional evidence at the firm level. *Accounting Review*, 82(3), 759–796.
- Queiroz, J. M., Rodrigues, A., Macedo, M. A. da S., & Szuster, N. (2020). Análise dos efeitos dos instrumentos financeiros no conservadorismo contábil em bancos brasileiros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(44), 3–16. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n44p3>
- Roychowdhury, S., & Watts, R. L. (2011). Asymmetric Timeliness of Earnings, Market-to-Book and Conservatism in Financial Reporting. *SSRN Electronic Journal*.
<https://doi.org/10.2139/ssrn.638001>
- Ryan, S. G. (1995). A Model of Accrual Measurement with Implications for the Evolution of the Book-to-Market Ratio. *Journal of Accounting Research*, 33(1), 95.
<https://doi.org/10.2307/2491294>
- S.J.Gray. (1988). Towards a Theory of Cultural Influence on the Development of Accounting Systems Internationally. *Abacus*, 24(I), 1–15.
- Santana, A. G., & Klann, R. C. (2016). Conservadorismo contábil e a adoção das IFRS: evidências em empresas brasileiras familiares e não familiares. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 35(1), 35. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v35i1.29417>
- Santos, C. K. S., Costa, P. D. S., & Silva, P. R. (2016). Relação entre book-tax differences e conservadorismo contábil: um estudo das companhias abertas de países da América Latina. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(30), 160. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n30p160>
- Scalzer, R. S., Almeida, J. C. G. de, & Costa, F. M. da. (2008). Níveis diferenciados de



- governança corporativa e grau de conservadorismo: estudo empírico em companhias abertas listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(2), 118–131.
<https://doi.org/10.11606/rco.v2i2.34709>
- Sousa, E., Sousa, A. F. de, & Demonier, G. B. (2016). Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no Conservadorismo Contábil. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade*, 10(2), 136–147.
- Sousa, L. M., Castro, L. A., Viana Júnior, D. B. C., Domingos, S. R. M., & Ponte, V. M. R. (2018). Conservadorismo condicional e adoção das IFRS: uma análise nas empresas brasileiras de capital aberto. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(3), 21.
<https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i3.35390>
- Watts, Ross L.; Zimmerman, J. L. (1986). *Positive Accounting Theory*. Prentice Hall Inc.
<https://ssrn.com/abstract=928677>
- Watts, R. L. (2003a). Conservatism in accounting part II: Evidence and research opportunities. *Accounting Horizons*, 17(4), 287–301. <https://doi.org/10.2308/acch.2003.17.4.287>
- Watts, R. L. (2003b). Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications. *Accounting Horizons*, 17(3), 207–221. <https://doi.org/10.2308/acch.2003.17.3.207>
- Wronski, P. G., & Klann, R. C. (2020). *Conservadorismo Contábil e Cultura Nacional*.
- Xie, Y. (2015). Confusion over Accounting Conservatism: A Critical Review. *Australian Accounting Review*, 25(2), 204–216. <https://doi.org/10.1111/auar.12061>
- Zhang, J. (2008). The contracting benefits of accounting conservatism to lenders and borrowers. *Journal of Accounting and Economics*, 45(1), 27–54.